

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E O “PROGRAMA MULHERES MIL”: POSSIBILIDADES DE DIÁLOGOS SUSTENTÁVEIS

Rosana Rocha Siqueira¹

Maria José Nascimento Soares²

Resumo: Este relato de experiência apresenta reflexões sobre a possibilidade de diálogos em Educação Ambiental a partir de práticas do Programa Mulheres Mil. O estudo foi realizado no período de 2013 a 2015 no IFS Campus Lagarto (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe) e contou com a participação de cem mulheres participantes do programa. A Educação Ambiental surge neste contexto sob a perspectiva emancipatória, abrindo espaço para maior participação dos diversos atores sociais. Nota-se assim que o Programa Mulheres Mil pode inserir a Educação Ambiental transversalmente em suas disciplinas e atividades de acordo com o perfil identitário das mulheres e as potencialidades de cada comunidade.

Palavras-chave: Educação Ambiental; Programa; Mulheres Mil.

¹ Universidade Federal de Sergipe-PRODEMA/UFS. E-mail: hosanalilas393@yahoo.com.br

² Universidade Federal de Sergipe-PRODEMA/UFS. E-mail: marjonaso@ufs.br.

Educação ambiental: mil possibilidades de diálogo

Esta pesquisa tem como objeto apresentar reflexões sobre a possibilidade de diálogos em Educação Ambiental a partir de práticas do Programa Mulheres Mil, com destaque para o estudo de caso do IFS Campus Lagarto (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe).

Como recorte optou-se pela análise de uma prática realizada no ano de 2013 durante o Curso de Estética. O Programa Mulheres Mil está inserido no conjunto de políticas públicas relacionadas à melhoria da qualidade de vida das mulheres e suas comunidades, centrado em três eixos básicos: educação, cidadania e desenvolvimento sustentável. Neste contexto, o diálogo com a Educação Ambiental surge de forma transversal e dinâmica, uma vez que cada turma apresenta realidades diferenciadas, que servem de base para que os conteúdos dos cursos de capacitação estejam alinhados às potencialidades e aspectos identitários de cada comunidade atendida. Em consonância, Eliezer Pacheco (2011, p. 05) indica que:

A Educação Profissional e Tecnológica tem pelo menos duas dimensões importantes, que são a dimensão da inclusão e também a da emancipação, na medida em que não apenas inclui a pessoa numa sociedade desigual, o que é insuficiente, mas lhe dá as ferramentas necessárias para que ela construa o seu itinerário de vida e possa se emancipar e se constituir como cidadã. (BRASIL, MULHERES MIL NA REDE FEDERAL CAMINHOS DA INCLUSÃO, 2011, p.05).

De acordo, a Educação Ambiental surge neste contexto sob o viés emancipatório. Em síntese, pode-se afirmar que o objetivo primordial da Educação Ambiental é colaborar em processos de reflexão e ação em longo prazo, para que os indivíduos busquem inserção como parte importante e integrante neste processo, considerando autonomia para ação o primeiro passo a ser conquistado.

Educação Ambiental, portanto, é o nome que historicamente se convencionou dar às práticas educativas relacionadas à questão ambiental. Assim, “Educação Ambiental” designa uma qualidade especial que define uma classe de características que juntas, permitem o reconhecimento de sua identidade, diante de uma Educação que antes não era ambiental [...]. Contudo, desde que se cunhou o termo “Educação Ambiental”, diversas classificações e denominações explicitaram as concepções que preencheram de sentido as práticas e reflexões pedagógicas relacionadas à questão ambiental. (LAYRARGUES, 2004, p.7).

Assim, pautada no respeito aos itinerários formativos pode-se conceber a educação de forma diferenciada na qual se:

Revbea, São Paulo, V.12, Nº 2: 11-22, 2017.

[...] concretiza pela ação em pensamento e prática, pela práxis, em interação com o outro no mundo. Trata-se de uma dinâmica que envolve a produção e reprodução das relações sociais, reflexão e posicionamento ético na significação política democrática dos códigos morais de convivência (LOUREIRO 2004, p.76).

Segundo Delors *et. al.* (UNESCO, 2010, p.10) no relatório denominado “Educação: um tesouro a descobrir”, “*um sentimento de vertigem apodera-se de nossos contemporâneos, divididos entre essa globalização – cujas manifestações eles são obrigados à vezes, a se submeterem – e a busca pessoal de suas raízes, referências e filiações*”. Desta forma, aprender a conhecer, fazer, conviver e ser, devem ser consideradas premissas relevantes em qualquer etapa do itinerário formativo.

Neste contexto, aprender a conhecer entende o processo e aprendizagem não somente dos conteúdos do currículo formal da instituição, mas a cultura e as experiências de forma geral. Aprender a fazer entra em consonância com o desenvolvimento de competências e habilidades ligadas a qualificação profissional e reflexão dos aspectos teóricos e práticos aplicados as atividades do trabalho e do cotidiano.

O sentido de aprender a conviver “*desenvolve a compreensão do outro e a percepção das interdependências – realizar projetos comuns e preparar-se para gerenciar conflitos- no respeito pelos valores do pluralismo, da compreensão mútua e da paz*” (UNESCO, 2010, p.31). A ideia de aprender a ser, baseia-se na valorização dos sujeitos e de sua identidade considerando os diferentes tipos de inteligência e potencialidades.

Em contraponto, a sociedade parece reproduzir a ideia que o sujeito adulto é um ser completo e finito em sua trajetória de formação, esquecendo-se que aprender a conhecer, fazer, conviver e ser, em esboços traçados por Delors *et. al.* (UNESCO, 2010) são processos contínuos e necessários frente à complexidade das problemáticas contemporâneas e transcendem o sentido de formação acadêmico e profissional.

Com vistas a colaborar com estes processos a Educação Ambiental pode expandir seu campo de ação pautando-se nos seguintes pressupostos indicados pelo ProNEA³¹ (2005, p.33): transversalidade e interdisciplinaridade; descentralização espacial e institucional; sustentabilidade socioambiental; democracia e participação social e; aperfeiçoamento e fortalecimento dos sistemas de ensino, meio ambiente e outros que tenham interface com a educação.

³ ProNEA, o formato de escrita refere-se ao Programa Nacional de Educação Ambiental do Governo Federal do Brasil, 2005.

Com efeito, acredita-se que tais diretrizes só poderão ser efetivadas através de investimentos em educação e políticas sociais que proporcionem mecanismos e instrumentos de avaliação, vindo a garantir sua aplicabilidade nas comunidades atendidas, levando em consideração a grande diversidade cultural de nosso país.

O Programa Mulheres Mil em Sergipe

O Programa Mulheres mil foi instituído pela portaria ministerial nº 1.015 de 21 de julho de 2011, com apoio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC), dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, apresentados na Figura 1.

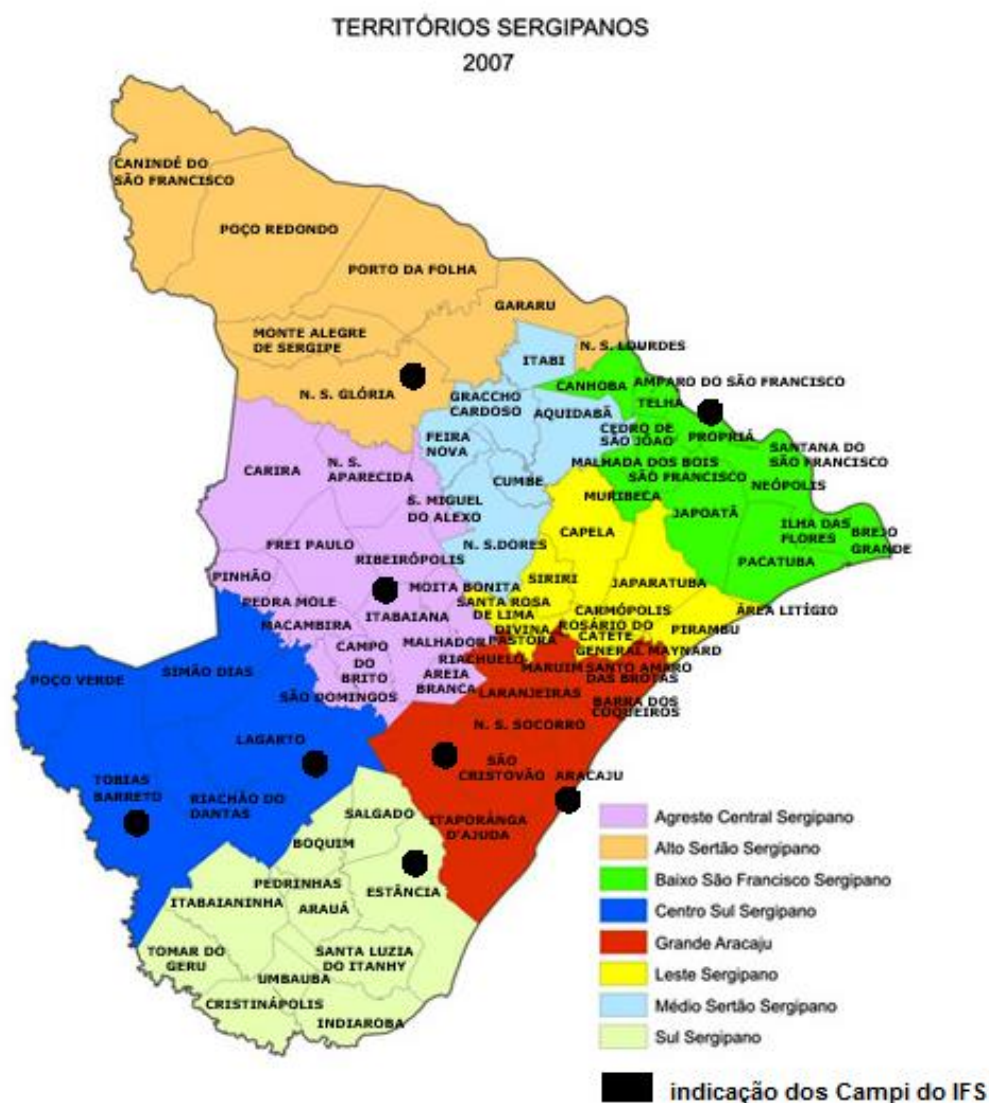


Figura 1: Regiões Sergipanas e indicação dos *campi* do IFS.

Fonte: baseado em: <http://desvend Sergipe.blogspot.com.br/2012/01/dados-de-sergipe.html>;

Acesso: em 01 jan. 2014.

O programa está presente em várias cidades do país. No Estado de Sergipe o programa contou com mais de 700 mulheres inseridas nos *campi* do IFS nas cidades de: Aracaju, Lagarto, São Cristóvão, Tobias Barreto, Itabaiana, Propriá, Estância e Nossa Senhora da Glória.

Cabe salientar que a partir de 2014 a execução do programa passou a ser vinculada ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino técnico e Emprego (PRONATEC), ampliando os eixos no enfoque de capacitação.

Esta mudança provocou mudanças no escopo inicial do Programa Mulheres Mil, o que infelizmente culminou na diminuição do número de participantes e no término de ofertas de cursos em algumas cidades. No Campus Lagarto, por exemplo, as iniciativas deste programa foram encerradas no final de 2015, com a turma de ajudante de obras.

O Programa Mulheres Mil pode ser considerado como um “convite” para que as mulheres em situação de vulnerabilidade possam retornar à escola de forma diferenciada ensino pautado na metodologia de “acesso, permanência e êxito”. Pode-se considerar que o estado de vulnerabilidade de um indivíduo:

[...] refere-se à maior ou menor capacidade de controlar as forças que afetam seu bem-estar, ou seja, a posse ou controle de ativos que constituem os recursos requeridos para o aproveitamento das oportunidades propiciadas pelo Estado, mercado ou sociedade (BRASIL, MTE, DIEESE, 2011, p.05).

Esta espécie de “convite” para participar do Programa Mulheres Mil pode ser considerada uma oportunidade de participação em cursos e apoio à geração de renda, além da troca de experiências e saberes que possam promover o desenvolvimento pessoal, familiar e comunitário partindo-se da valorização dos itinerários formativos das mulheres participantes.

Para tanto, o Programa Mulheres Mil utiliza Metodologia Específica de Acesso, Permanência e Êxito que privilegia temas transversais para a formação cidadã, tais como: elevação da autoestima, saúde, direitos e deveres da mulher, comportamento sustentável, cooperativismo, inclusão digital, empreendedorismo e responsabilidade ambiental, promovendo a inclusão produtiva, a mobilidade no mercado de trabalho e o pleno exercício da cidadania. (BRASIL, MDS, 2014, p.3).

Esta metodologia valoriza os saberes e as trajetórias de vidas das mulheres com vistas a alinhar os conteúdos ministrados nos cursos com as realidades vividas em seus cotidianos e pode ser uma aliada da Educação Ambiental.

O programa está inserido no conjunto de políticas públicas para melhoria da qualidade devida das mulheres e suas comunidades, centrado em

Revbea, São Paulo, V. 12, Nº 2: 11-22, 2017.

três eixos básicos: educação, cidadania e desenvolvimento sustentável. Foi inicialmente desenvolvido a partir da cooperação entre os Governos do Brasil e do Canadá e da Associação de *Colleges* Comunitários do Canadá (ACCC), dentre outras instituições. O projeto piloto do programa foi implementado em 2007 em alguns Estados das Regiões Norte e Nordeste e hoje está presente em várias localidades do país.

No início de 2014, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e o Ministério da Educação (MEC) inseriram o programa no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria (Pronatec/BSM), com vistas a investir na qualificação das mulheres participantes do programa inclusive as beneficiárias do Programa Bolsa Família.

Dentre os condicionantes para a participação no programa incluem situações de vulnerabilidade ou miserabilidade, idade superior a 16 anos e a apresentação de documentação. O programa tem a preocupação de valorizar as comunidades locais, para tanto organiza turmas pertencentes a um mesmo território o que facilita as atividades relacionadas à percepção das participantes em relação às problemáticas ambientais do seu entorno.

[...] a perspectiva territorial presume a integração de espaços, atores sociais, mercados e políticas públicas. Pressupõe, ainda, a compreensão do território como lugar que possibilita o desenvolvimento de potencialidades individuais e coletivas e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. Assim, em um território (vila, bairro, comunidade) marcado pela extrema pobreza é possível identificar grupos de mulheres que trabalham informalmente e que não têm nenhuma relação com o mercado de trabalho formal, mas que podem se organizar em coletivos integrados aos arranjos produtivos sociais e culturais locais, ou se estabelecer como microempreendedoras individuais (BRASIL, MDS, 2014, p.5).

Para o desenvolvimento do Programa em nível local, a instituição ofertante (no caso o IFS) geralmente conta com o apoio das prefeituras e outras instituições interessadas em participar. A instituição ofertante deve ter capacidade de formar equipe específica de gestão do projeto, e de acompanhamento de suas discentes considerando diversas atribuições.

Na trajetória deste programa alguns obstáculos exigem atenção por parte da equipe gestora e seus parceiros, dentre elas a dificuldade das mulheres em sair do lar para frequentar a escola (mesmo que seja um dia por semana), considerando objeção do cônjuge, cuidados com os filhos, constrangimentos devido à defasagem escolar e falta de motivação para realização das atividades do curso.

Mesmo diante destes desafios nota-se o grande interesse das mulheres em participar, não somente pelo auxílio monetário, mas também pela construção de novas sociabilidades e aprendizado.

Neste contexto, este artigo observa estas mulheres como agentes em processo de empoderamento, que mesmo não possuindo altos níveis de escolaridade podem guardar saberes em convergência com práticas cotidianas mais sustentáveis. Ouvi-las sugere a oportunidade de colaborar com o próprio Programa Mulheres Mil, que na acolhida das reflexões de suas participantes poderá inserir atividades voltadas à Educação Ambiental em todos os cursos ofertados.

Percurso metodológico

A motivação para realização da prática intitulada “Oficina de Educação Ambiental e rotulagem ambiental” surgiu da necessidade de inserir o debate acerca das questões ambientais nas disciplinas dos cursos de capacitação do Programa Mulheres Mil (Campus do IFS da cidade de Lagarto- localizada a 70 Km da Capital Aracaju).

Percebeu-se que as mulheres, em sua maioria donas de casa, feirantes, agricultoras e diaristas tinham dificuldade em compreender os símbolos constantes nas embalagens de diversos produtos, dentre eles alguns que poderiam prejudicar a saúde e o meio ambiente em situações de uso indevido. Esta situação era mais grave ainda no tocante as mulheres não alfabetizadas.

Desta forma, com a autorização da coordenadora do Programa Mulheres Mil em Sergipe, pode-se iniciar um estudo para o desenvolvimento de práticas em Educação Ambiental e sensibilização para as mulheres do programa.

Assim, do segundo semestre de 2013 ao primeiro semestre de 2014, concluindo-se as pesquisas em 2015. Foram realizados estudos bibliográficos que subsidiaram a formulação de material didático específico para as atividades. A equipe foi composta por três alunos bolsistas do ensino médio coordenados por uma orientadora. Por conseguinte, foram desenvolvidas as seguintes etapas realizadas em períodos distintos:

Descrição das práticas

O Projeto tem foco na Educação ambiental e rotulagem por entender que colabora com a redução do montante de resíduos, não apenas explanar sobre a destinação final, busca também de contribuir com a sensibilização quanto às formas de destinação das embalagens e resíduos uma vez que o não entendimento da rotulagem torna mais difícil a separação e a destinação à reciclagem e catadores. Foi abordado inclusive o aspecto negativo da cidade de Lagarto não destinar corretamente seus resíduos e não realizar coleta seletiva.

-1º Momento diagnóstico preliminar com as participantes do Programa Mulheres Mil (Figuras 2 e 3)

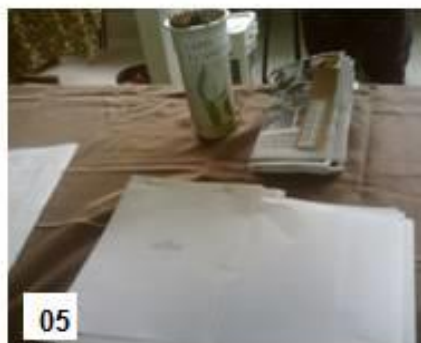


Figuras 2 e 3: Aplicação de instrumentos de coleta de dados, Lagarto (SE).
Fonte: Siqueira (2013).

Nesta etapa pode-se aplicar questionários e realizar entrevistas para conhecer melhor o público alvo, principalmente em relação ao nível de escolaridade e motivação em relação a realização das práticas.

-2º Momento coleta e análise dos dados

A equipe de posse dos dados pode assim iniciar a elaboração dos materiais para utilização na prática (sensibilização) (Figuras 4 e 5).



Figuras 4 a 5: Material para os participantes, Lagarto (SE).
Fonte: Siqueira (2013).

-3º Momento: organização do espaço e *coffee break* para a prática:

O IFS Campus Lagarto disponibilizou sala adequada para que as participantes pudessem assistir as explanações e desenvolver os trabalhos de recorte, colagem e apresentação dos trabalhos (Figuras 6 e 7).



Figuras 6 e 7: *Coffee break* para os participantes, Lagarto (SE).
Fonte: Siqueira (2013).

As Figuras 8 a 11 apresentam várias embalagens utilizadas nas atividades de sensibilização. A prática foi realizada em dois momentos distintos, cada um com 4 horas de duração, totalizando a participação de 100 mulheres. As Figuras 12 a 18 apresentam a confecção e apresentação dos trabalhos das mulheres, e as Figuras 19 e 20 os alunos e coordenadora.



Figuras 8 a 11: Organização das embalagens para explanação na prática, Lagarto (SE).
Fonte: Siqueira (2013).



Figuras 12 a 18: Confecção e apresentação dos trabalhos das mulher, Lagarto (SE).
Fonte: Siqueira (2013).



Figura 19: Alunos-monitores envolvidos na prática próximo ao varal expositivo de percepções, Lagarto (SE).
Fonte: Siqueira (2013).

Figura 20: Coordenadora da prática e aluna-monitora, Lagarto (SE).
Fonte: Siqueira (2013).

Ao término da prática (Figura 21) foi disponibilizado certificado para as participantes no intuito valorizar a dedicação das mulheres durante a oficina.



Figura 21 - Entrega dos certificados e foto de encerramento, Lagarto (SE).

Fonte: Siqueira (2014).

Lições aprendidas

A principal lição aprendida refere-se ao desafio de desenvolver práticas de Educação Ambiental e rotulagem para públicos com baixa instrução, mas que pudessem partir de fundamentação teórica adequada e relevante. Foram necessários dedicação, apoio institucional e vários meses de pesquisa para adequar as linguagens e materiais didáticos, uma vez que a prática buscou sensibilizar mulheres que em sua maioria encontram-se afastadas do ambiente escolar há muitos anos.

As práticas, assim como a implementação de políticas públicas precisam observar as diferenças inerentes a cada público, seja ele crianças, adolescentes, mulheres, servidores públicos, evitando-se assim a manifestação de discursos vazios que não têm convergência com o cotidiano dos agentes envolvidos.

Considerações Finais

As ações desenvolvidas instigaram curiosidade das participantes salientando a importância das mesmas como agentes de mudanças, inclusive em referência aos produtos que podem causar maiores danos ao meio ambiente e a saúde de forma geral. Foi observada inclusive maior atenção das mulheres na escolha de utensílios plásticos, mamadeiras, chupetas (produtos certificados pelo INMETRO).

Foi possível inclusive explicar sobre problemáticas socioambientais locais e a importância dos agentes em ações mitigadoras.

Como o Programa Mulheres Mil tem enfoque local, nota-se que as mulheres têm grande potencial de gerar mudanças em sua própria comunidade, podendo participar de novas ações na instituição.

Faz-se necessário desenvolver a percepção e o diálogo sobre as questões ambientais e novas contribuições epistemológicas que constroem o arcabouço teórico inerente a Educação Ambiental como campo de conhecimento. Estes exercícios poderão subsidiar práticas pautadas nos saberes locais das comunidades e que poderão levar a efetivas ações.

Nota-se assim que o Programa Mulheres Mil pode inserir a Educação Ambiental transversalmente em suas disciplinas e atividades de acordo com o perfil identitário das mulheres e as potencialidades de cada comunidade. Para tanto se faz necessário dar autonomia e condições (materiais e espaciais) para que os professores possam realizar as etapas necessárias para o desenvolvimento das atividades, assim como ocorreu na prática indicada.

Referências

BRASIL, MTE, DIEESE. **Aspectos Conceituais da Vulnerabilidade Social**. Projeto de Qualificação Social para Atuação de Sujeitos ou Grupos Sociais na Negociação Coletiva e na Gestão de Políticas Públicas, 2007, 31p. [pdf].

BRASIL, AGENDA 21. Disponível em: <http://www.cqgp.sp.gov.br/qt_licitacoes/publicacoes/AGENDA%2021%20GLO-BAL%20CAP%C3%8DTULO%204.pdf>. Acesso: 01 set. 2014.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **PRONATEC Brasil sem miséria mulheres mil**. Disponível em: <www.mds.gov.br/documentos/cartilhas_mulheres_mil2014_editado.pdf>. Acesso em: 23 de jan. 2014.

BRASIL, Ministério da Educação. **Mulheres mil na rede federal caminhos da inclusão**. Brasília: Ministério da Educação, 2011, 168. Disponível em: <http://mulheresmil.mec.gov.br/images/stories/pdf/geral/mulheres_mil_na_rede_federal_-_caminhos_da_inclusao.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2015.

BRASIL. **ProNEA**. Ministério do Meio Ambiente. 3.ed. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005. 102 p.

DELORS, J. *et al.* UNESCO. **Educação: um tesouro a descobrir**. Relatório da Comissão Internacional sobre educação para o séc. XXI.

LAYRARGUES, P.P. (Coord.) *et al.* **Identidades da educação ambiental brasileira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004, 156p. [pdf].

LOUREIRO, C.F.B. Educação ambiental transformadora. *In*: LAYRARGUES, P.P. (Coord.) *et al.* **Identidades da educação ambiental brasileira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004, 156p. [pdf].